

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

| | | |
|--|-------------------|------------------------------------|
| ID da proposta | Processo | Atividade / Procedimento |
| PR/2025/41710 | 54767/2025 | Proposta à Câmara Municipal |
| Unidade Administrativa | | |
| DJ - DAAJ - DIVISÃO | | |
| Propósito | | |
| Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal | | |
| Órgão/Cargo que resolve | | |
| Câmara Municipal de Braga | | |

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

PROPOSTA –

REGIME EXCECIONAL DE INCENTIVO A DECORAÇÕES NATALÍCIAS –

BRAGA SIMPLIFICA O NATAL

Considerando:

- Que o Município de Braga tem vindo a afirmar-se como um território dinamizador da atividade económica local, reconhecendo a importância do comércio tradicional e de proximidade na vitalidade urbana e na atratividade da cidade, em particular durante a época natalícia;
- Que as decorações de Natal colocadas nas fachadas e espaços exteriores dos estabelecimentos comerciais constituem um relevante contributo para a valorização estética do espaço público, para a criação de um ambiente urbano festivo e para o reforço da atratividade comercial e turística do Município;
- Que a iniciativa municipal "Braga é Natal" constitui um programa estratégico de dinamização da cidade durante a quadra festiva, visando a atração de visitantes e o reforço da imagem de Braga como destino de excelência, pretendendo-se, com o presente, integrar os estabelecimentos comerciais na iniciativa e promovendo a visibilidade do programa "Braga é Natal";
- Que qualquer ocupação de espaço público está sujeita a um procedimento autorizativo por parte do Município de Braga;
- Que o Código Regulamentar Municipal prevê, para a instrução dos pedidos de licenciamento de Ocupação do Espaço Público, a apresentação de elementos técnicos detalhados (plantas de implantação cotadas, cortes, alçados e perspetivas), os quais se revelam manifestamente desadequados e desproporcionais à natureza efémera, simbólica e de reduzida expressão física das decorações natalícias (luzes, laços e outros elementos típicos), contrariando os princípios da proporcionalidade e da boa administração consagrados no Código do Procedimento Administrativo;



6. Que competindo à Assembleia Municipal a aprovação de regulamentos com eficácia externa, deverá ser este mesmo órgão a criar regimes de exceção ao regime regra criado no normativo;
7. Que nos termos do artigo H-1/16.º n.º 4 e 5 do Código Regulamentar do Município de Braga podem ser concedidas isenções ou reduções a quaisquer entidades, com fundamento no manifesto e relevante interesse municipal do objeto ou da atividade, assim como podem ser suspensas as cobranças de taxas de ocupação do domínio público nomeadamente por ocasião de eventos ou festividades populares;
8. Que a competência para concessão de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais é da Câmara Municipal, nos termos do artigo H-1/18.º do CRMB;
9. Que o interesse público municipal na promoção do comércio local, na dinamização económica da cidade e na valorização do espaço urbano justifica a adoção de uma solução excecional, simplificada e temporária, salvaguardando, contudo, as condições de segurança, acessibilidade e harmonia arquitetónica;
10. Que em obediência aos princípios da proporcionalidade e da boa administração, é legítima a adoção de medidas excecionais e temporárias que adequem os procedimentos administrativos à natureza específica das ocupações em causa, e que esta matéria se insere nas competências do Município;
11. Que, para o efeito, criaram-se um conjunto de regras, às quais devem os cidadãos obedecer, para que se possam enquadrar no presente regime excecional, e outrossim, ficarem, desta forma, dispensados do pedido de licenciamento de ocupação de espaço público, a saber:
 - a. As decorações não podem exceder 0,30m de saliência relativamente ao plano da fachada;
 - b. Devem ser instaladas de forma segura, estável e sem risco para transeuntes e veículos;
 - c. Não podem obstruir ou condicionar a circulação pedonal, devendo ser garantida uma largura mínima livre de 1,20m no passeio;
 - d. Não podem obstruir passadeiras, paragens de transportes públicos, entradas de edifícios, acessos a equipamentos ou mobiliário urbano;
 - e. Deve ser salvaguardada a harmonia estética e arquitetónica da envolvente urbana;
 - f. Estruturas colocadas no passeio, nomeadamente vasos ou elementos decorativos autónomos, devem respeitar as normas de segurança e circulação;
 - g. Não é permitida a fixação das decorações em pavimentos, árvores ou mobiliário urbano municipal.

Considerando ainda:

12. Que o n.º 5 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), prevê a possibilidade de ratificação de atos inválidos por vício de incompetência relativa, pelo órgão com competência para o praticar, retroagindo os seus efeitos à data da prática do ato a ratificar, uma vez que não houve alteração ao regime legal vigente;



13. Que se impunha uma divulgação urgente e que o regime de exceção estivesse em vigor desde o início do mês de dezembro, para que os particulares pudessem, de forma planeada e atempada, proceder à instalação das decorações, coincidindo com o período de maior afluência e atividade comercial;

ASSIM, PROPÕE-SE:

QUE O EXECUTIVO MUNICIPAL DELIBERE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART. 33.º N.º 1 K) DO ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:

A) A ratificação do ato praticado pelo Presidente da Câmara Municipal em 19 de novembro, que estabeleceu o Regime Simplificado Natalício, nos termos e com os fundamentos constantes da presente proposta, assim reconhecendo o caráter excecional e temporário para colocação de decorações natalícias por estabelecimentos comerciais nas respetivas fachadas ou espaços exteriores imediatos, e outrossim:

B) Dispensar, a título excecional, da obrigatoriedade de pedido de licenciamento de Ocupação do Espaço Público (OEP) a colocação de decorações natalícias pelos estabelecimentos comerciais do concelho de Braga, desde que observadas as condições estabelecidas no ponto 9.

C) Determinar que esta dispensa produza efeitos exclusivamente durante o período de 1 de dezembro a 6 de janeiro, não podendo em qualquer caso assumir caráter permanente ou extensível a outros tipos de ocupação.

D) Determinar que, em consequência da dispensa do procedimento de licenciamento, as ocupações que se enquadrem no regime excecional, ficam inerentemente isentas do pagamento de taxas de ocupação.

E) Determinar que o regime proposto tenha aplicabilidade a toda a extensão territorial do Município de Braga;

F) Prever que o incumprimento das condições referidas determina a remoção imediata das decorações, sem prejuízo da aplicação das medidas legais ou regulamentares aplicáveis, e que o incumprimento da tipologia de ocupação ou das datas definidas originará a responsabilidade contraordenacional dos responsáveis pelas infrações, nos termos previstos na parte I do Código Regulamentar do Município de Braga, no Artigo I/30.º.

G) Determinar que, nos termos do n.º 5 do artigo 164.º do CPA, a presente ratificação retroage os seus efeitos à data de 19 de novembro.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

